



## ACÇÃO SOCIAL, PROCESSOS EDUCATIVOS E SUSTENTABILIDADE: Uma expressão da educação planetária no sertão nordestino brasileiro

Francisco José Pegado Abílio - UFPB  
[chicopegado@yahoo.com.br](mailto:chicopegado@yahoo.com.br)

Antonia Arisdélia Fonseca M. A. Feitosa - UFPB  
[arisdelfeitosa@gmail.com](mailto:arisdelfeitosa@gmail.com)

Aires Umberto Vieira - Ação Social da Diocese de Cajazeiras  
[umberto.aires@ig.com.br](mailto:umberto.aires@ig.com.br)

### Resumo

A crise planetária atual gera uma demanda de reivindicações de conhecimentos e de intervenções que anunciam uma “nova ordem”. A educação, neste contexto, precisa fortalecer a construção de uma sociedade que seja guiada para compreender e sustentar nossa finalidade terrestre. Este cenário fundamenta o presente texto para refletir sobre a intencionalidade e o alcance das ações sociais desenvolvidas por entidades não-governamentais, especificamente aquelas voltadas à sustentabilidade humana e ambiental. Defendemos que estas entidades atuam em co-participação na comunidade buscando, por meio de processos educativos, as mudanças em situações não desejadas. Para este fim, nos ancoramos aos conceitos de Educação Planetária (Edgar Morin, 2007), Diálogo (Paulo Freire, 1999) e Reconhecimento (Axel Honneth, 2003). Tais formulações se complementam para dar sentido às reflexões aqui propostas. Nesta perspectiva, situamos os processos educativos de ação social, desenvolvidos pela Diocese de Cajazeiras-Pb. como manifestações da Educação Planetária enquanto um paradigma em construção neste século XXI.

**Palavras-chave:** Crise planetária; educação; sustentabilidade.

### Abstract

The current planetary crisis creates a demand of claims of knowledges and interventions that announce a “new order”. The education needs to strengthen the construction of a society that is guided to understand and to support our terrestre finality. This scenario supports the present text to reflect about the intent and scope of the social actions developed by non-governmental organizations, specifically those turned to human and environmental sustainability. We defend that these entities act in co-participation in the community looking through educative processes changes in unwanted situations. For this aim, we anchor ourselves in the concepts of Planetary Education (Edgar Morin), Dialogue (Paulo Freire) and Recognition (Axel Honneth). Such formulations complement each other to give meaning to the reflections here proposed. In this perspective, we situate the educative processes of social action, developed by the Diocese of Cajazeiras-Pb as manifestations of the Planetary Education as a paradigm under construction in this XXI century.

**Keywords:** global crisis, education, sustainability.

## Introdução

O século XXI representa a sexta Era Planetária na história das civilizações humanas e se constitui em um “momento” no qual a humanidade se expressa como um agente que tem passado determinado e futuro incerto. Há no presente uma demanda plural de reivindicações de conhecimentos e de intervenções pelas quais se percebe o prenúncio de uma nova ordem, diferente daquela que conduziu a vida das pessoas durante a modernidade (MORIN, 2007).

Os avanços na ciência geraram novos saberes e desenvolvimento tecnológico, porém, trouxeram, ao mesmo tempo, problemáticas no campo social (desenvolveu a concepção de vida como uma luta competitiva pela existência, a crença no progresso pelo crescimento econômico e tecnológico, ignorou as interações entre indivíduos, hiper-valorizando a individualidade) e ambiental (estabeleceu a dominação sobre a natureza e sobre o homem, potencializou a exploração dos recursos naturais visando aumento na produtividade, exauriu bases de sustentação de vidas em desrespeito aos limites ecológicos).

O quadro de degradação ambiental planetário tem sido objeto de preocupação humana e de reflexões que mobilizam diferentes grupos sociais na organização de Congressos, Seminários Temáticos, Conferências, cujos objetivos são, entre outros: socializar informações e ampliar as discussões na perspectiva de encontrar alternativas para as questões ambientais que são globais com repercussões locais, regionais e nacionais. Estas reflexões, ao longo das décadas, vêm ganhando visibilidade no âmbito científico e na sociedade, através de pesquisas acadêmicas veiculadas pelos meios de comunicação. Tal repercussão justifica-se pelo que a realidade ambiental anuncia: o limite dos recursos naturais para a humanidade e o comprometimento da qualidade de vida dos seres que coexistem no planeta.

Os indicadores ambientais que caracterizam a ameaça da vida no planeta existem desde a década de 1960, confirmados mediante episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960; casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata (Japão) entre 1953 e 1965, a diminuição da vida aquática em alguns grandes lagos norte-americanos; e morte de aves provocada por efeitos secundários imprevistos do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) e outros pesticidas e a contaminação do mar causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966 (MEDINA, 1997, p. 257-270).

Estes acontecimentos, dentre outros, indicavam risco ambiental e receberam ampla publicidade a exemplo do livro *Silent Spring* [A Primavera Silenciosa] de Rachel Carson, lançado em 1962, que questionava, de forma eloquente, a confiança cega da humanidade em relação ao progresso tecnológico.

As questões que demandam desta realidade puseram em “xeque” o modelo de sociedade nas dimensões econômica, social e política. A crise paradigmática, de modo específico à crise ambiental, possibilitou aos pesquisadores a busca de novas reflexões, capazes de alcançar a compreensão da multiplicidade dos arranjos sociais, da interdependência entre os diferentes saberes humanos e da relação sociedade-natureza (CAPRA 1982, 1996, 2002; MORIN, 2000, 2007; SANTOS, 2006).

A crise civilizatória instaurada durante a modernidade, caracterizada pelo fracasso utópico (reconhecimento do equívoco por creditar ao modelo de desenvolvimento o sucesso da sociedade moderna), pela integração

mundial/desintegração dos homens e pela revelação do limite ecológico da Terra, exige da humanidade atitudes e reflexões que redimensionem seus valores éticos. Conseqüentemente, surge a proposta do desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>, buscando conciliar o desenvolvimento econômico à preservação ambiental.

A comunidade científica e a sociedade civil organizada, mobilizadas a partir de conferências e encontros internacionais e respaldadas por pesquisas em diferentes campos do saber, têm publicado documentos reveladores da atual configuração sócio-ambiental do planeta, expressam opiniões e sugerem alternativas como possibilidades de superação dos problemas.

Há no presente uma demanda plural de reivindicações de conhecimentos e de intervenções pelas quais se percebe o prenúncio de uma nova ordem, diferente daquela que conduziu a vida das pessoas durante a modernidade (MORIN, 2007). Nesta perspectiva, a educação, a partir do legado da modernidade, tem a missão de fortalecer as condições de possibilidades da emergência de uma sociedade-mundo que seja guiada pelo princípio de compreender e sustentar nossa finalidade terrestre. Isto significa atuar no sentido de desenvolver, em homens e mulheres, as atitudes e aptidões para o prosseguimento da hominização.

Entidades diversas e instituições governamentais, orientadas a partir dos fundamentos epistemológicos gerados por cientistas e teóricos das diferentes áreas do conhecimento, têm investido na realização de ações e eventos cujos objetivos recaem na reflexão acerca dos problemas relacionados ao meio ambiente desdobrando-se em proposições e diretrizes, concentradas em documentos finais orientadores de práticas a serem implementadas nas diferentes realidades e em diferentes experiências educacionais.

Torna-se perceptível, desta forma, que a crise ambiental globalizada gera problemas e, simultaneamente, faz movimentar um conjunto de segmentos da sociedade na direção de uma compreensão crítica do contexto planetário. Nesta perspectiva, as reflexões concentradas em documentos e as declarações elaboradas a partir de conferências, seminários e reuniões circulam entre os mais variados espaços da sociedade.

Entendemos que as postulações teóricas, os documentos e orientações metodológicas geradas a partir de tais reflexões, seja no âmbito governamental ou não-governamental, constituem a base epistemológica que, posta em diálogo com a vida cotidiana, oferece à humanidade a possibilidade de construir novas concepções acerca da vida no planeta. Desta forma, as pessoas são orientadas a entender a complexidade das relações bioantropológicas e a posicionarem-se na busca de alternativas que considerem os contextos pontuais e suas interdependência com as questões globais.

## **1 Processos educativos no agir das ONGs**

A sustentabilidade representa, atualmente, a categoria fundamental a ser conquistada, pois, constitui-se condição *sine qua non* para sobrevivência das futuras gerações. Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma mudança nos valores que orientam o comportamento dos agentes da construção do conhecimento e da inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais.

---

<sup>1</sup> Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Nas manifestações registradas em favor da sustentabilidade, a educação está geralmente situada como “fundamento básico” no processo de formação humana e desenvolvimento, assumindo um papel preponderante na construção de saberes, na orientação para o desenvolvimento humano e para novas formas de perceber, pensar e agir no mundo. Educar nesta perspectiva representa uma alternativa para preparar as pessoas a coexistirem mediante esta nova ordem sócio-ambiental global que se expressa, atualmente, como um dos grandes desafios do século XXI.

Os processos educativos orientados à sustentabilidade, constituem, pois, mecanismos capazes de contribuir para desenvolver nos sujeitos competências para uma consciência ecológica na perspectiva de torná-los cidadãos do mundo. Estas competências são necessárias à humanidade para lidar com os aspectos multidimensionais que envolvem a relação homem-natureza numa perspectiva de interdependência planetária.

Neste sentido, o alcance da planetaridade como categoria social para a participação cidadã neste novo cenário, está condicionado à ocorrência de profundas modificações no âmbito da sociedade, que precisam passar de uma ordem estratificada, linear, hierárquica e dominante, para uma ordem flexível, progressiva, complexa, interdependente, solidária e auto-reguladora. A ordem auto-regulada é resultante do processo, da continuidade, do dinamismo e se caracteriza, principalmente, pela participação responsável no exercício de uma cidadania voltada para o respeito ao meio ambiente.

É necessário pensar a educação como um movimento que aconteça em todas as esferas da sociedade. Um fazer educativo que represente a idéia-força para a construção de modalidades inovadoras no processo de formação humana, considerando o contexto e o cotidiano como recursos, meios e fins na configuração de sociedades mais justas, solidárias e sustentáveis.

Na perspectiva da formação humana em suas múltiplas dimensões, a sociedade civil através de Organizações Não-Governamentais tem contribuído para a construção de identidades dos sujeitos e se constituído como agentes sociais que realizam mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para comunidades específicas e para diferentes segmentos da sociedade, seja na esfera local, regional, nacional e internacional.

A crise global e a constatação de que somente o Estado e o mercado não vão resolvê-la tendem a fortalecer o papel das ONGs, enquanto organizações da sociedade civil, na construção de alternativas e de mecanismos de cooperação internacional. Apesar dos desafios, é preciso pensar como Freire (1994, p. 91):

Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança. Por isso, venho insistindo [...] que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado [...]. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio.

As ONGs, ao longo de sua trajetória histórica, agregam aos seus ideais democráticos e emancipatórios instrumentos e estratégias necessárias ao alcance do seu objetivo. Isto envolve, além da instalação de infra-estrutura, via recursos externos, o permanente processo de desenvolvimento de conhecimentos técnicos e de recursos humanos cada vez mais qualificados, sintonizados em propostas de transformação social, na perspectiva de um mundo melhor (VIOLA, 1998).

A mobilização gerada no âmbito das ONGs, com a finalidade de intervir em realidades indesejadas (constituindo as bases de uma sociedade diferente, mais democrática, mais solidária e mais humana), tem reconfigurado a idéia de projeto utópico da humanidade do sentido de irrealizável para o campo do possível.

A perspectiva de um mundo melhor é o ideal a ser conquistado pelas ações das ONGs que, como forma de materializá-lo, investem em processos de articulação de saberes e práticas. Elas ganham caráter educativo à medida que assumem a intencionalidade de desenvolver nos sujeitos a compreensão da realidade em que vivem e por desafiarem àqueles que pensam a educação como meio de articular a utopia com a realidade das relações sociais, em constante transformação.

Este é o fundamento a partir do qual Freire (2007) postula que a educação é desafiada a trabalhar a esperança na emancipação social, revendo paradigmas que já não explicam a realidade e mostram-se limitados diante da complexidade do mundo atual, reforçando a importância da dialogicidade no processo de desenvolvimento do ser humano.

Na concepção freireana, um projeto educativo, que vise à reinvenção de certa realidade social, precisa ter como base a afirmação histórica do ser humano como ser esperançoso, dialógico e sujeito ativo na construção do seu destino. Ancoradas nesta compreensão, as práticas educativas conduzidas no âmbito das ONGs constituem espaços societários cujos projetos associativos e cooperativos expressam não apenas as concepções de atores e relações sociais, mas, revelam a complexidade que se estabelece e que é capaz de ressignificar o entendimento dos sujeitos sobre si mesmos e sobre o espaço constituído nestas relações.

Pelo seu protagonismo, as ONGs têm alcançado larga faixa do tecido social, influenciando nas políticas públicas e no mercado e se constituindo em práticas sociais diferenciadas e alternativas às realidades adversas da contemporaneidade. As ações das ONGs jamais foram tão atuais e pertinentes, diante do cenário global, em que os parâmetros de espaço-tempo, de presença no mundo, de individualidade e de fragmentação, que orientaram a humanidade, não servem para explicar os acontecimentos. A realidade social do tempo presente não se deixa apreender facilmente e, em função disso, nos deixa fragilizados, com olhares multifocais e concepções incertas acerca de si, dos outros e do mundo.

São muitos e variados os elementos envolvidos em dado fenômeno social e, neste, os atores desempenham múltiplos papéis sociais, formatando, desta forma uma rede de interações interpenetrantes. Este tecido complexo se constitui, segundo Morin (2000, p. 38):

Quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo [...]. A complexidade é a união entre unidade e a multiplicidade.

Este é o contexto social no qual as ONGs protagonizam suas ações, de forma variada e criativa, desenvolvem estratégias diversificadas e se voltam para realidades específicas. E a educação, enquanto via de acesso humano a realidades, marca presença à medida que nos conduz a ler o mundo e a nos situarmos nele como sujeitos de nosso destino. O sujeito não existe antes ou fora da comunidade. Esta constitui o marco e a perspectiva na qual está imerso. Desta forma, as práticas educativas precisam ser

pensadas em função do contexto social. Esta é uma das características das ações das ONGs que se voltam a Projetos de Ação Social.

Acrescente-se ao caráter societal das ONGs o seu papel tanto na constituição do ser humano como “uma busca permanente de si mesmo”, quanto na compreensão da condição humana revelada em sua complexidade que, de acordo com Morin (2006):

Ser ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. [...]. Trazemos, dentro de nós, o mundo físico, o mundo químico, o mundo vivo, e, ao mesmo tempo, dele estamos separados por nosso pensamento e nossa consciência, nossa cultura. [...]. Conhecer o humano não é separá-lo do universo, mas situá-lo nele.

Estas concepções acerca da constituição e da formação do Ser se expressam pelas ações das ONGs cujas práticas educativas reafirmam a subjetividade, à medida que convergem para o exercício dialógico/dialético de sujeito-mundo e de sujeito-sujeito, constituindo o processo de intersubjetividade na história.

O cenário das ONGs com projetos de ação social possibilita que a constituição da consciência do ser humano se dê por meio da dialética entre a história do sujeito e o mundo em que vive. Contudo, não se dá de forma egocêntrica e individual, pelo contrário, nós, seres humanos, fazemos a nós mesmos por meio de uma gama de relações intersubjetivas que envolvem trocas, contradições, complementaridades, recuos e avanços. Neste sentido, Freire (1975, p. 66) afirma: “O sujeito pensante não pensa sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre objetos. Não há um ‘penso’, mas um ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário”.

Fortalecendo esta postulação, o filósofo alemão Axel Honneth (2003) propõe a teoria do Reconhecimento, na qual é possível visualizar as formas como os indivíduos e grupos sociais se inserem na moderna sociedade democrática. Defende que a formação da identidade é um processo intersubjetivo de luta por mútuo reconhecimento em relação aos parceiros de interação. Desta forma, nos conflitos sociais o indivíduo não busca exatamente a autopreservação ou o aumento de poder, mas sim, um reconhecimento de sua individualidade.

A formação do Eu prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre dois sujeitos: só quando dois indivíduos se vêem confirmados em sua autonomia um frente ao outro, é que eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individuado (HONNETH, 2003, pp. 119 - 120).

O movimento dialético inerente ao âmbito das organizações sociais exige do ser humano uma condição própria, que se expressa na instância crítica da consciência humana para fazer o mundo mais humanizado. E isto só é possível através de ações planejadas, intencionais, que desenvolvam coletivamente novos níveis de consciência e promovam a dialeticidade discurso-prática, reflexão-ação.

No âmbito das ONGs voltadas a projetos sociais, abrem-se possibilidades para que os sujeitos expressem suas pretensões e as torne legítimas mediante a aceitabilidade por parte dos demais integrantes do processo, constituindo uma atitude de respeito. O auto-respeito, na perspectiva de Honneth (2003), se constrói à medida que é concedida

aos sujeitos a possibilidade de uma ação perceptível em relação aos parceiros da interação. Neste caso, com a atividade facultativa de reclamar direitos, é concedido ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável. Isto porque para chegarem a uma auto-relação infrangível os sujeitos humanos precisam de uma estima social que lhe permite referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. Nesta compreensão, Honneth (2003, pp. 198-199), esclarece:

Um padrão de reconhecimento desta natureza só é concebível de maneira adequada quando a existência de um horizonte de valores intersubjetivamente partilhado é introduzida como seu pressuposto; pois o Ego e o Alter só podem se estimar mutuamente como pessoas individualizadas sob a condição de partilharem a orientação pelos valores e objetivos que lhes sinalizam reciprocamente o significado ou a contribuição de suas propriedades pessoais para a vida do respectivo outro.

É neste contexto que as ONGs revelam-se como instâncias onde o diálogo e produção de sentidos sejam compartilhados e que a partir deles seja possível alcançar na sociedade a convergência de sonhos, utopias e esperanças, na construção de projetos sociais intersubjetivos e que dialetizem discurso e prática, planejamento e intervenção na realidade.

Na concepção honnethiana, a auto-relação prática a que uma experiência de reconhecimento cujo destinatário seja o grupo em sua totalidade faz os indivíduos chegarem, é um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva; o indivíduo se reconhece como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros.

Na relação interna de tais grupos, as formas de interação assumem nos casos normais o caráter de relações solidárias, porque todo membro se reconhece estimado por todos os outros na mesma medida; pois por “solidariedade” pode se entender, numa primeira aproximação uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica. A solidariedade propicia no interior do grupo a experiência de reconhecimento – fazendo os membros alcançarem uma espécie de estima mútua.

Sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum.

Relações dessa espécie podem se chamar “solidárias” porque elas não despertam apenas, a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas, também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis (HONNETH, 2003, pp. 210-211).

Portanto, um relacionamento positivo de reconhecimento é aquele que permite às pessoas adquirirem uma medida de auto-estima, que pode ser encontrada na aceitação solidária e no aspecto social das habilidades de um indivíduo e em seu estilo de vida. Dentro desse relacionamento, os seres humanos são capazes de encontrar aceitação e

encorajamento mútuo de sua individualidade, enquanto sujeitos formados por suas próprias experiências de vida (HONNETH, 2003).

Esta é a formatação epistemológica capaz de mobilizar as práticas educativas no âmbito das ONGs, na defesa de que é pelo diálogo, pela socialização de saberes, sentidos e valores que a humanidade poderá reconstruir sua história e refazer seus caminhos, permanentemente abertos ao futuro e a novos projetos sociais.

## **2 Organismos de Ação Social e a construção de um paradigma educativo planetário**

As constatações visualizadas nesta era planetária revelam o processo ambivalente da planetarização: por um lado, o mal-estar humano, caracterizado por angústias, incertezas, desafetos, desrespeitos, incompreensões e indeterminações e por outro, a emergência e o fortalecimento de formas de resistência aos desafios planetários deste século. Isto gera expectativas positivas e desenvolve o reconhecimento no potencial humano como possibilidade para a construção de uma sociedade melhor.

As ações educativas, orientadas por projetos de intervenção social, constituem, neste século XXI, uma alternativa plausível, além de necessária, que a humanidade, através da sociedade organizada, vem desenvolvendo no sentido de responder aos desafios que nos são impostos nesta Era Planetária.

Contudo, o processo se dá envolto a limites e potencialidades que se apresentam a estas entidades como “elementos” que constituirão o cenário das propostas a serem realizadas. Neste sentido, os processos educativos, desenvolvidos no âmbito dos organismos de ação social são orientados no sentido de atender às demandas e configurações apresentadas pelas comunidades humanas e abrangem diversos aspectos do tecido social, sejam no âmbito econômico, político, cultural e socioambiental.

Tomamos como referência, para fortalecer nossa reflexão, as experiências vivenciadas na Diocese de Cajazeiras-PB, especificamente, pela equipe que integra o setor de Ação Social e que desenvolve as atividades do Programa “Convivência com o Semi-Árido”, vinculado ao Organismo Social CARITAS BRASILEIRA/Regional NE II. Este programa tem como objetivos: melhorar as condições de vidas das famílias residentes no semi-árido brasileiro, através da conquista de políticas que garantam o abastecimento de água de boa qualidade para consumo humano e para a pequena produção; a gestão sustentável de recursos naturais; a melhoria de renda através do acesso a informações e recursos para produção apropriada; a segurança alimentar e nutricional; e o desenvolvimento de conhecimentos e práticas para a convivência com o semi-árido<sup>2</sup>.

Trata-se de um programa permanente, com propostas rerepresentáveis anualmente e construídas em consonância com as demandas locais e regionais.

No âmbito da entidade supracitada, as atividades são conduzidas sob a coordenação da equipe de ação social da Diocese de Cajazeiras em parceria com outras instituições e entidades cujos trabalhos estejam voltados para a realidade do semi-árido paraibano. As atividades iniciam-se, sempre, a partir de constatações e demandas e, a partir da realidade configurada, os projetos e ações são organizados e/ou reconfigurados numa perspectiva de recursividade na ação-reflexão-ação, identificada na fala do coordenador da proposta:

---

<sup>2</sup> Esta informação foi obtida por fonte on-line. Disponível em: [http://www.caritasne2.org.br/caritas\\_convivenciasemiario.shtml](http://www.caritasne2.org.br/caritas_convivenciasemiario.shtml), acesso em 24 de julho de 2008.

Inicialmente, levantamos as necessidades do local junto com a comunidade, em seguida procuramos desenvolver projetos simultâneos na tentativa de atender as várias demandas. [...] Não deu certo! O pessoal não se envolveu! Então voltamos à comunidade, elegemos prioridade(s) e focamos nela(s). Foi a forma de integrar o pessoal na proposta. Melhorou muito! (Diocese de Cajazeiras-Pb/Cáritas Brasileira/Regional NE II).

O “princípio da recursão”<sup>3</sup> organizacional presente nas ações sociais desenvolvidas por esta entidade detém, em sua essência, a preocupação com o desenvolvimento humano e social. Expressa, de acordo com o discurso do coordenador, a intenção de priorizar o engajamento social como forma de responder às condições de desarticulação, desrespeito aos direitos humanos e de luta pelo reconhecimento social. Para isto, promove a inclusão do indivíduo no grupo e nas atividades, estimula, por meio de articulações, a participação coletiva, valoriza a socialização de saberes e procura desenvolver a satisfação pessoal em cada pessoa envolvida no projeto. Colabora com a construção e o fortalecimento de identidade humana. Este é um exercício permanente no interior da entidade, conforme revela o coordenador das ações:

As visitas de intercâmbio, onde eles podem visualizar experiências bem sucedidas [...] Tem outro espaço que chamamos de articulação das comunidades, onde nos reunimos com as diretorias das associações. Esses momentos são itinerantes e a comunidade que acolhe, fala da sua história, suas conquistas, as experiências que estão desenvolvendo e também fazemos momentos de formação, com um tema para cada encontro (Diocese de Cajazeiras-Pb/Cáritas Brasileira/Regional NE II).

A socialização das experiências evidenciada nas falas do coordenador indica outro aspecto, presente nas ações sociais destas entidades, que merece destaque: são os pressupostos teóricos da Teoria do Reconhecimento postulada por Axel Honneth (2003). Nesta teoria o autor parte da concepção de que em atitude de reconhecimento, o sujeito atua de forma ativa e cooperativa, tendo os objetos como produtos do fazer humano e as interações sociais como efeito de parcerias ativas dos seres entre si. É, pois, a atitude ativa do sujeito identificada.

No âmbito destes organismos de ação social, as pessoas encontram espaço para manifestarem suas características específicas, para participam das oportunidades de construir suas autonomias e são convocadas ao compromisso de refletirem sobre a realidade posta e a buscarem a essência a partir do exercício reflexivo crítico.

## **Considerações**

O desafio humano atual é promover mudanças no âmbito da sociedade sob as dimensões pessoais, sociais e institucionais, no sentido de possibilitar a criação de espaços facilitadores e férteis para a construção de uma sociedade-mundo sustentável.

---

<sup>3</sup> O princípio de recursão organizacional vai além do princípio da retroação (*feedback*); ele ultrapassa a noção de regulação para aquele de autoprodução e auto-organização. É um ciclo gerador no qual os produtos e os efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que os produz (MORIN, 2000, p. 204).

Esta conquista será possível através da participação ativa dos sujeitos na promoção de processos coletivos de educação que tenham como objetivo conscientizar o cidadão planetário sobre o seu compromisso com o futuro da terra e, conseqüentemente, com a humanidade.

É preciso pensar uma educação que promova “aprendizagens com sentido”, centradas na relação entre os sujeitos, que aprendam juntos a conhecer, a fazer, a ser; que oriente uma forma de pensar a vida cotidiana, que estimula pensar a prática.

Os princípios que fundamentam a educação planetária devem orientar as propostas pedagógicas deste século, nos diferentes espaços educativos da sociedade. Tais princípios, por seu caráter abrangente e flexível, são passíveis de adequabilidade aos variados contextos sócio-educacionais. Uma vez incorporados aos processos pedagógicos, podem fortalecer o fazer educativo no âmbito dos diversos segmentos sociais, seja no contexto da educação formal ou informal.

Nos processos educativos orientados pelos princípios da educação planetária, os seres humanos são considerados em seus aspectos não apenas biológico, mas, sociais, econômicos, culturais e políticos. São percebidos como seres que, de acordo com Morin (1995), devem buscar soluções planetárias baseados nas necessidades de uma postura antropolítica<sup>4</sup>.

A educação planetária materializa-se através de processos pedagógicos com preocupações globais que abrem e seguem caminhos alternativos para responder, de forma mais adequada, aos sinais indicadores das demandas educativas emergentes do século XXI. Os indicadores a serem conquistados nesta era planetária referem-se mais à qualidade que à quantidade, mais à vida da pessoa do que à produção massiva e ao consumo irracional.

Os cidadãos da sociedade planetária em movimentos convergentes e auto-organizados geram as forças sinérgicas requeridas pelas mudanças conduzentes à cidadania planetária. Neste sentido, a flexibilidade e a cooperação são os dois condicionantes mais importantes da convivência humana. Configura-se, neste contexto, o evidente desafio que a educação planetária enfrenta para materializar seus princípios em atendimento aos indicadores que emergem neste século XXI.

Entendemos que, ao conceber a educação como processo que se desenvolve ao longo de toda a vida, a humanidade precisa reconhecer-se “sociedade de aprendizagem” para, assim, valorizar a socialização de saberes e experiências na construção de uma sociedade-mundo. E assim, inserir-se na diversidade planetária assumindo o papel de sujeito interativo e responsável pelo nosso futuro comum. Percebendo o mundo e as pessoas em sua uni-diversidade, o sujeito humano sentir-se-á incluído na sociedade identificando-se como agente fundamental de uma rede conectada de funções que mantém a co-existência dos seres no planeta.

As características dos processos educativos desenvolvidos pelos organismos de ação social, neste texto apresentadas, se expressam numa dimensão coletiva, de criação e recriação permanente de relações dos indivíduos com grupos, comunidades,

---

<sup>4</sup> A antropolítica é a plena consciência de que a construção de uma política de civilização para o desenvolvimento de uma sociedade-mundo é uma política que opera “com” e “na” multidimensionalidade complexa dos problemas humanos e deve ter como base de sua visão antropológica um homem genérico e com finalidade do desenvolvimento do ser humano e da humanidade no contexto do prosseguimento da hominização. (MORIN, 2007, p 88)

instituições, governos locais e demais organizações sociais na perspectiva de consolidar uma cidadania planetária.

Esses processos aludem, sobretudo, aos modelos não-convencionais que se referem em especial à capacidade do ser humano de mobilizar sua sensibilidade, imaginação, vontade e seu talento intelectual. Concentrados num esforço que se estende do desenvolvimento pessoal ao desenvolvimento social e que gera, assim, uma consciência integradora que vai do individual ao coletivo. Com isto, é capaz de transformar as potencialidades da pessoa em catalizadoras de uma energia social transformadora. É o exercício do desenvolvimento humano e da inclusão social registrado nas ações destas entidades. Estas organizações da sociedade civil, através de processos educativos contribuem para: desenvolver a Planetarização do Ser ao situá-lo no e com o mundo, ao conceder a este sujeito social um lugar de destaque nas relações humanas e tecer os fios a constituírem novos arranjos sociais. Desta forma, se constituem entidades participativas no processo de construção de uma sociedade planetária humanizante.

### **Referências Bibliográficas**

AXEL HONNETH. *Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. – São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios*. – Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Papirus Educação)

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. – São Paulo: CULTRIX . Amana Key, 1996.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. – São Paulo: CULTRIX, 1982.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas – ciência para uma vida sustentável*. – São Paulo: CULTRIX . Amana Key, 2002..

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção Educação e Comunicação vol. 1

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 30ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 150 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários á prática educativa*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

MEDINA, N. M. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Orgs.). *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: FNMA/IPE, 1997, p. 257-270.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Lê. *A Inteligência da Complexidade*. Tradução Nurimar Maria Falci. – São Paulo: Petrópolis, 2000. – (Série nova consciência). PETROPOLIS (2000)

MORIN, Edgar. *Terra-Pátria*. Edgar Morin e Anne Brigitte Kern / traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. – Porto Alegre: Sulina, 1995. 192 p.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. *Educar na Era Planetária* – o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. 2. ed. Elaborado para a Unesco por tradução Sandra Trabucco Valenzuela; revisão técnica da tradução Edgard de Assis Carvalho. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, Edgar. *A Cabeça Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 12. ed Tradução Eloá Jacobina. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

NOSSO FUTURO COMUM: Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. BRUNDTLAND, Gro Harlen (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso Sobre as Ciências*. – 4. ed. - /São Paulo: Cortez, 2006.

VOLA, Eduardo J. et al. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. – São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. (Vários autores).